

INFORMAÇÃO NOS TERMOS DO ARTIGO 13° DO REGULAMENTO EU2016/679 conjugado com artigo 41°, 17°¹, 18°, 56° n° 1 e 2 da C.R.M em consonância com o RGPD que entrou em vigor em 25 de Maio de 2018, artigo 22° do C.C.M², Lei n° 23/2007 de 1 de Agosto, sobre o tratamento de dados PESSOAIS relativos a *aplicações em confiabilidade / concorrências / processos de abertura de posições de trabalho.*

O presente documento designado 'política de privacidade e proteção de dados', é baseado e protegido legalmente internamente pela C.R.M , pelo C.C.M, pela lei n° 23/2007 de 1 de Agosto e a nível mundial pelo RGPD, desde que, internamente respeite-se os princípios seguintes:

- ✓ Da legalidade, justiça e transparência, nos termos do artigo 2° da C.R.M;
- ✓ Igualdade, cfr artigo 35° da C.R.M;
- ✓ Minimização de dados, nos termos do artigo 41° da C.R.M;
- ✓ Integridade e confidencialidade.

1. Controlador de dados

O controlador de dados é a Fondazione E 35, com sede social em Reggio Emilia - Via Vicedomini n. 1.

2. Gestor da protecção de dados

O encarregado da protecção de dados (RPD) do responsável pelo tratamento de dados pode ser contactado em dpo@e-35.it.

3. Processadores de dados

As pessoas responsáveis pelo alojamento e serviços de manutenção do sistema são responsáveis pelo processamento.

4. Categorias de dados sujeitos a tratamento

Os dados do candidato serão tratados para efeitos de avaliação da candidatura (por exemplo, dados pessoais, dados de contacto, qualificações, qualificações profissionais, declarações, CV).

5. Finalidade, base legal e métodos de processamento

São recolhidos dados pessoais para a avaliação do pedido; não está previsto qualquer processo automatizado de tomada de decisão.

A base jurídica é o consentimento da pessoa habilitada. A falta de consentimento tornará impossível a avaliação do pedido.

6. Transferência de dados pessoais para países fora da UE

Não há transferências para países fora da UE com excepção do Estado Moçambicano.

7. Período de retenção de dados

Os dados serão conservados por um período de 3 anos após o envio, excepto por um período de conservação mais longo em caso de litígio; neste caso, os dados serão conservados até ao final do litígio.

8. Direitos da parte interessada

O titular dos dados tem o direito de aceder aos seus dados pessoais, de solicitar a sua correcção, limitação, apagamento e/ou portabilidade.

Os direitos podem ser exercidos contactando o RPD ou o PEC da Fondazione Titolare.

¹ No que concerne ao artigo 17° da C.R.M onde prevê que a República de Moçambique pode cooperar com outros Estados na base dos princípios de respeito mutuo pela soberania e integridade territorial, igualdade e não interferência nos assuntos internos. Contudo, o RGPD EU n° 679/2016 de 27 de Abril pode vigorar no território Moçambicano desde que não fira as normas constitucionais, Cfr artigo 17° e 18° da C.R.M BR, Série, de 22/2004.

² Nos termos do artigo 22° do C.C.M onde abarca sobre a Ordem Pública e preceitua o seguinte: não são aplicáveis os preceitos da lei estrangeira, quando essa aplicação envolva ofensa dos principios fundamentais da ordem pública internacional do Estado Mocambicano.

9. Direito de apresentar uma queixa

O interessado pode apresentar uma queixa junto à Autoridade de Protecção de Dados

FÓRMULA PARA OBTER O CONSENTIMENTO DA PESSOA EM QUESTÃO

Eu, abaixo assinado (Nome, Apelido e data de nascimento):

DECLARO

ter recebido informações completas nos termos do artigo 13º do Regulamento da UE 679/2016 e autorizo os abaixo assinados a tratar os meus dados para os fins referidos no parágrafo 4 acima, dentro dos limites e para os fins especificados no presente aviso.

Concordo

Não estou de acordo

Lugar _____, Data ____/____/____

Assinatura da pessoa em questão
